

Proposta de Rede de Epidemiovigilância Sanitária da Fauna Selvagem em Portugal.

Pedro Melo (Lx-CRAS & Vetnatura) e Yolanda Vaz (Faculdade de Medicina Veterinária – UTL)

A sanidade da fauna selvagem é, cada vez mais, uma preocupação da Sociedade, devido à importância que aquela pode ter na Saúde Pública, na Saúde Animal e na Conservação de habitats naturais.

Em Portugal os conhecimentos existentes sobre as doenças dos animais selvagens são escassos e dispersos, e resultam, de uma maneira geral, de trabalhos pontuais que incidem sobre questões específicas, ou de redes regionais como as das Direcções Regionais de Agricultura de Entre-Douro e Minho, Algarve e Trás-os-Montes. A Direcção-Geral de Veterinária promove também o rastreio da raiva em raposas, das pestes suínas em javali e da gripe aviária em aves silvestres, em colaboração com o Instituto para a Conservação da Natureza. Nos Centros de Recuperação de fauna é ainda realizada a pesquisa dos vírus da doença Newcastle. Paralelamente entidades privadas têm desenvolvido vigilância epidemiológica de doenças de animais bravios seleccionadas em âmbito de estudos específicos.

Apesar das Directivas 92/45/CEE e 2003/99/CE, obrigarem os Estados-Membros da União Europeia a investigarem o estado sanitário das espécies selvagens, em especial no que respeita aos agentes de doenças transmissíveis ao Homem, não existe ainda, a nível nacional e de forma integrada, um sistemas de epidemiovigilância das doenças das espécies selvagens.

Actualmente, no âmbito da Medicina da Conservação, o desenvolvimento de uma rede de epidemiovigilância, responderá de forma contínua e actualizada às necessidades de informação para:

- os gestores de caça e as associações do sector que necessitam de ter uma ideia clara sobre a ordem de grandeza dos problemas que afectam a saúde e a sobrevivência das populações cinegéticas, para melhor dirigirem os seus esforços e investimentos.
- os decisores em matéria de saúde animal e da conservação dos recursos naturais, tem responsabilidades que lhes são conferidas pelo País e pela União Europeia e necessitam de informação sobre o estatuto sanitário das populações selvagens, para adequar a sua exploração, aumentar a sua qualidade e competitividade, preservar a biodiversidade, proteger e promover a saúde animal, pública e ambiental.
- os cientistas, que em termos orientação para investimento em projectos de investigação e para o ensino das gerações futuras, beneficiariam da existência de dados sobre a fauna e os mecanismos das suas interacções com o ambiente.

O desenvolvimento de uma rede nacional de epidemiovigilância das doenças na fauna selvagem, passa pela identificação de todos os parceiros, começando por aqueles que, pela sua inserção profissional, têm acesso aos animais, para a necessária recolha de amostras e dados, pela montagem de circuitos de transferência de materiais e dados para análise laboratorial e de um sistema informativo que permita a organização e análise dos dados recolhidos, para a produção de informação correctamente referenciadas em termos populacionais, temporais e geográficos. O retorno dessa informação para o campo e a sua alargada circulação é uma das principais actividades de uma rede de epidemiovigilância. O esforço e recursos necessários para o desenvolvimento de tal rede poderiam ser partilhados entre os serviços oficiais e as organizações privadas, interessadas no grande objectivo que é a gestão racional e sustentável do recurso Fauna.